

EM CENA A MESTRA ROSA CASTRO: o percurso de uma professora no cenário educacional maranhense.

Marcia Cordeiro Costa
Cesar Augusto Castro

Resumo

No presente artigo, aborda-se o percurso da professora normalista Rosa Castro (1891-1976), que atuou no espaço público por meio do ensino e destacou-se pela autoridade docente construída na vida laboral como professora e intelectual no Estado do Maranhão. Fundou, em 1916, a *Escola Normal Primária Rosa Castro*, onde lecionou e instruiu toda uma geração de professores. Busca-se, assim, analisar seus saberes e fazeres e os desafios pelos quais passara durante o exercício do magistério e sua participação em outros espaços públicos. Nesse itinerário, passeia-se pela História da Educação do Maranhão, no âmbito da instrução primária e do magistério na Primeira República. Assim, foi realizado um levantamento documental na Biblioteca Pública Benedito Leite do Estado do Maranhão e levantamento bibliográfico em livros e jornais. Por fim, dar visibilidade a essa personagem se investe de importância por contribuir com os estudos no campo da história das mulheres e das relações de gênero socialmente produzidas na cultura escolar maranhense.

Palavras-chave: rosa castro; escola normal; professora primária; Maranhão.

ON THE SCENE MASTER ROSA CASTRO: the path of a teacher in the educational scenario of Maranhão

Abstract

In the present article, the trajectory of the normalist teacher Rosa Castro (1891-1976), who worked in the public space through teaching and stood out for the teaching authority built in her working life as a teacher and intellectual in the State of Maranhão, is discussed. She founded in 1916 the *Escola Normal Primaria Rosa Castro*, where she taught and instructed an entire generation of teachers. Thus, we seek to analyze her knowledge and actions and the challenges she had faced during her teaching career and her participation in other public spaces. In this itinerary, she walks through the History of Education in Maranhão, within the scope of primary education and teaching in the First Republic. Thus, a documentary survey was carried out at the Benedito Leite Public Library of the State of Maranhão and a bibliographic survey in books and newspapers. Finally, giving visibility to this character is invested with importance for contributing to studies in the field of women's history and gender relations socially produced in the school culture of Maranhão.

Keywords: rosa castro; normal school; primary teacher; Maranhão.

EN ESCENA LA MAESTRA ROSA CASTRO: el camino de un maestro en el escenario educativo de Maranhão

Resumen

En el presente artículo, se recorre la trayectoria de la maestra normalista Rosa Castro (1891-1976), quien actuó en el espacio público a través de la docencia y se destacó por la autoridad docente construída en su vida laboral como docente e intelectual en el Estado de Maranhão, se discute. En 1916 fundó la *Escola Normal Primaria Rosa Castro*, donde enseñó e instruyó a toda una generación de maestros. Así, busca analizar sus saberes y acciones y los desafíos que han enfrentado durante su ejercicio docente y su participación en otros espacios públicos. En este itinerario, se recorre la Historia de la Educación en Maranhão, en el ámbito

de la educación primaria y la enseñanza en la Primera República. Así, se realizó un levantamiento documental en la Biblioteca Pública Benedito Leite del Estado de Maranhão y un levantamiento bibliográfico en libros y periódicos. Finalmente, dar visibilidad a este personaje reviste importancia para contribuir a los estudios en el campo de la historia de las mujeres y de las relaciones de género socialmente producidos en la cultura escolar de Maranhão.

Palabras clave: castro rosa; escuela normal; profesor primario; Maranhão.

INTRODUÇÃO

Não digam nunca: Isso é natural. A fim de que nada passe por ser imutável. Sob o familiar, descubram o insólito. Sob o cotidiano, desvelem o inexplicável. Que tudo que seja dito ser habitual cause inquietação. (Bertold Brecht)

As palavras do escritor Bertold Brecht, na epígrafe deste texto, convidam-nos a refletir sobre o significado da mulher professora no contexto da História da Educação, e os desafios ao situar a mulher como sujeito histórico, colocando em cena a trajetória da professora normalista e intelectual maranhense Rosa Castro, que criou a *Escola Normal Primária Rosa Castro*, consolidada como instituição de referência na formação de professores e professoras no Maranhão. Assim, ao trilharmos nos caminhos da história da educação maranhense, evidenciamos uma importante, porém esquecida, personagem da história da instrução em nosso estado, trazendo ao palco uma história de vida dedicada à educação.

Nessa perspectiva e a partir dos estudos sobre os assuntos concernentes à mulher na História, a mulher com o sujeito ou como agente da História, que realizamos esse trabalho sobre a professora Rosa Castro, e por acreditarmos que escrever essa história é sair do silêncio imposto pela ordem social e política:

É transgredir e subverter um processo de construção social masculinizado, machista e excludente. É promover a visibilidade e o desvelar da ordem imposta pelos discursos oficiais e, nesse sentido, denunciar o silêncio e a obscuridade feminina como uma decorrência da dissimetria sexual das fontes, em sua maioria variável e desigual segundo as épocas, evidenciam o silêncio mais profundo do relato. (PERROT, 2008, p. 56).

E aqui sublinho que, mesmo diante de uma vasta bibliografia referente aos estudos da mulher, ainda é um desafio elaborar uma pesquisa abordando esse tema historiográfico e socialmente significativo, de modo a merecer o melhor de nosso esforço para desenvolvê-lo, mesmo nos limites que ficaram evidentes ao longo da pesquisa. A quase invisibilidade feminina no passado na documentação comumente utilizada é o primeiro dos desafios que encontramos, seguido pela fragmentação e dispersão das fontes e pela representação masculina das mulheres em diversos períodos da nossa História. Como assinala Motta (2010, p. 272), “[...] nós não estamos presentes na maior parte dos arquivos oficiais e somos bastante desrespeitadas nos arquivos particulares, vítimas de incineração de nossos escritos por serem considerados de pouco valor.”

Tal quadro configurou-se em nossa investigação quando começamos a buscar estudos sobre Rosa Castro, seja como professora ou pelas ações coletivas nas quais se inscreveu, para tirá-la do silêncio em que estava confinada, talvez provocado pelo silenciamento das fontes. Contudo, pouco se tem. Isto posto, aqui destacamos o estudo da professora Motta (2003), sob o título *Mulheres professoras na política educacional no Maranhão*, ao fornecer dados e vestígios biográficos de

nossa personagem, assim como a obra da professora Farias(2010) conterrânea e ex-aluna da professora Rosa Castro.

“Por que (e até quando) as mulheres serão invisíveis enquanto sujeitos históricos[...].” Perrot (2005, p. 13). Sabemos que a história das mulheres é uma história recente, porque até bem pouco tempo ela era somente uma representação do olhar masculino. Este terreno, tão interdito para as mulheres, tem suas origens na construção da divisão dos papéis sociais. Pois, durante muito tempo, nossa história priorizou o domínio do privado como próprio do feminino, mantendo inicialmente as mulheres distantes tanto da discussão como da atuação social e política, como denuncia Perrot (2002, p. 10): “Para os homens, o público e o político, seu santuário. Para as mulheres, o privado e seu coração, a casa.” Coube às mulheres se organizarem para combater os fortes nós que as prendiam a um status inferior e romper com a assertiva de que a estrutura de dominação e os papéis sociais que lhes eram designados partiam de uma construção natural.

Atitudes como ter acesso à educação, exercer o direito ao voto, ocupar postos de trabalho, que parecem tão cabíveis ou *normais* aos olhos da sociedade contemporânea, são só alguns exemplos de lutas e conquistas empreendidas pelas mulheres, e que datam ainda do final do século XIX e início do século XX. Entretanto, como objeto de investigação e sujeito histórico, elas só foram reconhecidas a partir dos anos 70, passando por um alargamento nos estudos históricos, que outorgou novas perspectivas para se estudar a História, desde a ampliação do conceito de documento, ao propor novos objetos de estudo. Associada a esse quadro, Soihet (2011) adita que o estudo da história das mulheres situa-se no contexto da História Cultural, e nesta, a partir do estudo das temáticas e dos grupos sociais, em que as mulheres são tratadas como objeto e sujeito da história. Sai da história escondida na esfera privada para o espaço público.

Contudo, enquanto profissionais do ensino, as mulheres têm sido constantemente relegadas ao esquecimento, muitas são as identidades femininas, pesquisas acenam-nos para questões que até então eram inexistentes, pois falar sobre mulheres na educação é falar de silêncios. Scott (1991). Portanto, a fim de transpor o silêncio e a invisibilidade a que estavam relegadas, personagens como a professora Rosa Castro, abrem-se as cortinas para sua trajetória, assinalando suas posições no espaço social, destacando suas ocupações com as questões educacionais e dando visibilidade aos seus combates e conquistas no espaço público no cenário educacional maranhense.

Ato I: a mulher professora

De origem maranhense, Rosa Castro, filha do casal Othon Francisco Correa de Castro e Josefina Costa Castro, nasceu a 6 de outubro de 1891, em São Bento, município do Estado do Maranhão. Era uma família numerosa de dez irmãos. No lar, aprendeu as primeiras letras, sendo alfabetizada pela irmã e madrinha Noeme Castro. O início de sua instrução formal se dá aos 9 anos de idade, na cidade de Belém, onde, no Grupo Escolar *José Veríssimo*, fez o Curso Elementar e concluiu o Complementar matriculada no Colégio *Paes de Carvalho*. Ao regressar com a família ao Maranhão, estabelece-se na capital iniciando seus estudos na Escola Normal do Estado, em 1905. Naquela instituição, “[...]embora de pequena estatura e esbelta, Rosa, de grande inteligência, chamava a si, atenções como as de Tasso Fragoso, Benedito Leite e do próprio governador Luís Domingues.” Farias (2010, p. 20).

Em 1908, com apenas 17 anos, Rosa Castro já lecionava. Sua trajetória educativa não era regra, já que ela teve a oportunidade de concluir a Escola Normal, condição ineqüívvel para muitas moças de seu tempo. De origem humilde, não pertencia a família alguma de elite São-Bentense, fatores incomuns para uma professora no período, uma vez que as instituições educacionais reservavam diferentes espaços sociais para mulheres. Ainda nas palavras de Motta (2003, p. 38):

A sua trajetória na Escola normal é assinalada por dois fatos marcantes, ainda que um decorrente do outro. O primeiro é que foi laureada. Essa láurea acadêmica era concedida às alunas que tiravam nota 10 em todas as disciplinas durante os cinco anos de curso. Na ocasião, quem recebia essa láurea era encarregado do discurso da diplomação e seu retrato era colocado na sala da Congregação. Só que ela rejeitou essa distinção (segundo fato marcante na sua trajetória).

Dito isso, em expediente datado de 5 de novembro de 1910, dirigido pela ainda concludente Rosa Castro ao Governador do Estado, Luís Domingues da Silva, ela declina dessa distinção de laurel. O referido documento foi seu recurso final, após insistentes solicitações orais, mas sem sucesso, à direção da Escola. Tal feito, toma corpo na imprensa maranhense que noticiaram o seu conteúdo. Vejamos então um trecho desse expediente.

[...]Inteiramente solidária com as minhas colegas de classe e *dissentindo as vantagens de uma distinção, no meu parecer inmerecido*, e que delas como que de algum modo me iria afastar, tenho imenso prazer em voz tornar de vez sciente da resolução em que estou, de não usar da faculdade conferida pelo governo, quanto à predita colocação do meu retrato no salão de honra dessa Escola. *Se de melhor êxito foram coroados os meus estudos na Escola Normal, nem por isso entendo de pouca valia os esforços das demais companheiras, que, ao meu lado, trabalharam, entregues, como eu, aos seus próprios recursos, e feliz me sentirei entre ellas, sem distinção alguma, todas conjugadas num só propósito – o de honrar a profissão que escolhemos.*

Ao Exm. Governador do Estado, como a vós, ainda outra vez, hypotheco todo o meu reconhecimento, pelo favor de que hora, humildemente me desfaço. Saúdo-vos respeitosamente. Rosa Castro. Correio da Tarde (1910, p. 1, grifo nosso).

Diante do impasse, seu ato audacioso deu ensejo a outros documentos assinados pelo diretor da Escola Normal e pelo Governador do Estado Luiz A. Domingues da Silva, que se manifestaram a respeito da questão publicamente, demovendo a normalista do seu propósito, convocando-a aceitar a homenagem que o Estado e a Escola lhes dedicavam. Motta (2003, p. 40, grifo nosso) analisa o episódio da seguinte forma:

É fato que diante dos apelos com essas demonstrações de poder e da importância política pedagógica (se bem mais que política que pedagógica) de que se revestia esse ato, Rosa Castro teve que ceder [...]. No entanto, *esse episódio é revelador do caráter da professora que dava lugar ao respeito à individualidade de seus pares (no caso, as colegas), ao mesmo tempo que descortinava um profissional de educação, que pouca importância dava aos ritos acadêmicos, os quais alimentavam e alimentavam as vaidades docentes de muitos homens e mulheres no exercício do poder.* Ela não conseguiu, mas tentou...

Assim, na colação de grau das professoras normalistas da turma de 1910, Rosa Castro recebeu o diploma acrescido da distinção *laureada*. Segundo Tourinho (2008) essa condecoração foi concedida pela primeira vez pelo governador Luiz A. Domingues da Silva em 19 de outubro de 1910. Vale salientar que essa ascendência de mérito acompanhava por toda a vida profissional da normalista, bem como a assinatura, que passava a ter a prerrogativa *professora normalista laureada*. Além de todas essas homenagens, ela teve o seu retrato entronizado na *Galeria dos Alunos Laureados* no salão de honra da Escola Normal em cerimônia pública. Vejamos a figura 1 abaixo:

Figura 1: A professora normalista laureada Rosa Castro



Fonte: Farias (2010)

No ano seguinte, a laureada normalista inicia-se oficialmente ao Magistério, ministrando aulas particulares em casa de famílias, especialmente, para as moças e, concomitantemente, lecionando no Instituto *Rosa Nina*, cujo nome era uma homenagem a Prof.^a Rosa Laura Parga Nina, que criou o colégio Nossa Senhora de Nazaré, em 1864, considerada a segunda instituição só para meninas, em terras maranhenses. Motta (2008). Além da atividade docente, ela se engaja na *Associação Pedagógica Almir Nina*, fundada em 12 de maio de 1912, em São Luís. Nas palavras de Silva (2013, p. 128) “Subscvem o estatuto fundador da Associação Pedagógica figuras importantes da sociedade maranhense e de grande papel na educação naquelas primeiras décadas do século XX, são eles Antônio Lobo, Maria da Gloria Parga Nina, Rosa Castro[...]”

Realisou-se, hontem à noite, solemnemente, a sessão magna no salão nobre do teatro, S. Luiz, para a posse do corpo dirigente da novel associação, no 1 anno, e a entrega de diplomas aos seus associados. Estiveram presentes [...] os exmos. Srs. Governador do Estado, e o sr. coronél inspector desta região militar [...] Orou o presidente empossado da sociedade que então se inaugurava, após a entrega dos diplomas. *Secretariou os trabalhos a senhorita Rosa Castro, tambem, hontem empossada.* Correio da Tarde (1912, p. 3, grifo nosso).

O nome da referida agremiação faz referência ao pedagogo e médico Almir Parga Nina, descendente de uma família tradicional de educadores maranhenses, cuja mãe havia sido proprietária do Colégio Nossa Senhora Nazaré, fundado em 1864. Santos (2017, p. 106) ao analisar a atribuição estatutária dessa agremiação, observa que suas diretrizes se voltam “[...] à promoção do saber escolarizado e o acesso dos professores aos métodos e conhecimento pedagógicos modernos para o ensino no Maranhão. E mesmo quando se refere à classe, o faz associado aos

interesses do ensino.” Além disso, de acordo com Silva (2013, p. 369) a Associação Pedagógica Almir Nina tinha como pretensão.

[...] procurar unir os membros do ensino primário pelos laços de uma inteira solidariedade nas coisas da escola, e aproximar desta a família maranhense, “interessar-se pelos negócios dos membros da classe, ligados aos interesses do ensino” e criar uma comissão junto aos poderes públicos, para advogar os interesses dos membros do magistério, ligados ao ensino. Foi uma instituição de caráter gremial.

A apropriação da escrita também vem representar um importante espaço de visibilidade social. As mulheres-professoras transformadas em escritoras fazem despontar outro cenário que, apesar de limitado, ocupa um espaço privilegiado. Logo, o seu ingresso no mundo literário se dá em 1914, como seu nome aprovado na *Sociedade Literária Barão do Rio Branco* conforme noticiado pelo jornal *O Canhôtô* (1914, p. 2). “[...] Foram propostas e aceitas, sócias efetivas as senhoritas Noemí Souza, Corina Caldas, Francisca Rios, Aurina Valadão Borges, Carmem Pontes, Raimunda Azevedo, prof.a Rosa Castro, Otamires Santos, Silvana M. Pianchão, Branca Vinhaes, Anna Amélia Vianna Torres.” Sobre este fato Tourinho (2008, p. 130) destaca.

Não raro, professoras normalistas foram também ativistas literárias. Enveredavam por esse campo, fosse como incentivadoras, leitoras ou escritoras. Cabe salientar que essas atividades já se faziam presentes na vida de algumas, ainda na fase estudantil. Egressas do curso normal chegaram a ocupar espaço, no meio intelectualizado do Estado e conseguiram enfrentar interdições, referentes à atuação feminina nesse domínio creditado aos homens.

Já em 1916, aos seus feitos, somavam-se a criação da segunda *Escola Normal do Maranhão*, da iniciativa privada, de propriedade da professora Rosa Castro. Pois, só havia uma única Escola Normal no Estado, criada há 25 anos e localizada na capital. Acredita-se que, junto da “[...] vontade e responsabilidade educadora [...], ela funda a escola sensibilizada pelos problemas enfrentados pelas moças residentes em outros municípios.” Motta (2003, p. 53). O que torna singular a criação da escola pela laureada professora, além da sua especificidade e da composição de sua clientela, são os desafios e as condições materiais de sua instalação, pois, na ocasião, sem capital financeiro, foi ajudada pelos familiares e pessoas residentes em sua casa.

O primeiro prédio em que o colégio foi instalado ficava na Rua Direita, correr da Polícia, onde residia com sua família. Era um sobrado de propriedade do comerciante Sr. Francisco Nunes dos Santos, que atuava no ramo de panificação. [...] O primeiro imobiliário foi feito pelos alunos da então Casa dos Educandos e Artífices, em razão de amizade com o diretor do estabelecimento Sr.(Mimi) Valente. *Esse fato demonstra o uso do capital social que influenciou muito na sua trajetória e contribuiu para suas ações no espaço educacional maranhense, ao lado do seu capital escolar.* (MOTTA, 2003, p. 54, grifo nosso)

Essa iniciativa ousada da professora ganha notoriedade na imprensa local: “No próximo dia 1 de fevereiro, será aberta nesta cidade, à rua da Palma, n. 36, a Escola Normal primária para o sexo feminino, sob a direção da professora normalista laureada Rosa Castro[...]”. *O Jornal* (1916, p. 4). Todavia o jornal *Pacotilha*, na mesma época, também faz anúncio sobre a instalação da referida instituição, delineando sua estrutura e organização aparelhado de acordo com os preceitos do ensino moderno:

ESCOLA NORMAL PRIMÁRIA

Sob a direção da professora Rosa Castro [...] Além do curso normal, [...] acha-se a Escola também organizada para receber alunos para os cursos primários e pré-escolar. Constitui este curso preparatório ou Jardim de Infância, em que as crianças de 4, 5 e 6 anos, por meio de ginásticas, cantos, jogos, etc, preparam o tenro espírito para o verdadeiro período escolar. O curso primário é ministrado em 6 classes, aceitando-se alunos desde a idade de 7 anos. A Escola Normal Primária aceita, portanto, alunos de 4, 5 e 6 anos para o curso preparatório, de 7 anos a 12 anos para o curso primário e de 13anos em diante para o curso profissional ou normal. [...] (PACOTILHA, 1916, p. 1).

Todavia, a inaugurada *Escola Normal Primária Rosa Castro*, embora de iniciativa privada, sempre susteve restrita obediência à legislação em vigor no Estado, tanto que foi de imediato equiparada ao Curso Normal do Estado, pela Lei 714, de 31 de março de 1916 e pelos Decretos:nº44 de 24 de outubro de 1917 e nº688 de 28 de junho de 1923 adotando, assim, o currículo oficial e a legislação condizente a das escolas normais oficiais:

[...] a equiparação das escolas particulares com as escolas públicas estaduais era uma diretriz federal, que se iniciava com a Reforma Benjamin Constant (1890), sendo retomada pelas reformas de: Epiácio Pessoa (1901), Carlos Maximiliano (1915) e a de Rocha Vaz/ João Alves (1925). No caso, o Instituto deveria seguir as exigências de pareamento curricular com o da Escola Normal, possuir um corpo docente idôneo e equipamentos didático pedagógicos para aplicação do ensino. (MOTTA, 2003, p. 65).

Quanto à procedência dos alunos da aludida instituição, era constituída por estudantes da elite econômica maranhense da zona rural e da capital. Entretanto, como observa Martins (2015, p. 111) “Se por um lado, a Escola Normal Rosa Castro recebia estudantes da elite econômica maranhense, recebia também estudantes desprivilegiados economicamente, cabendo a este último grupo, apresentar bons rendimentos escolares.” Contavam, assim, com o benemérito da diretora da escola. “[...] sempre existiram meninas (ou meninos) de Famílias humildes, sem recursos financeiros, que lá estudavam sem ônus para o Estabelecimento. O certo é que ia do Jardim de Infância ao Curso Normal e nos últimos anos, até ao 4º Adicional. Farias (2010, p. 27):

Nossa Diretora era respeitada, e sobretudo, amada. Ao saírem, professores e alunos lhe beijavam a mão que ela estendia com ar nobre e gentil. Nos lábios, um sorriso benevolente. Suas indumentárias eram de mangas compridas e de uma sobriedade elegante, usava sempre os cabelos enrolados em um coque e sapatos de meio salto. Tinha um porte especial de levantar a cabeça quando pedia silêncio, sem pronunciar uma palavra...Estatura média, tez branca e rosada, físico muito delicado, aparentemente frágil... porém, era a mulher forte, enérgica, intrépida! Lutou, batalhou! Queria sua Escola Normal [...] Queria formar professores...e conseguiu! (FARIAS, 2010, p. 32).

E, assim, nos anos de 1920 a 1940, a Escola Normal Primária Rosa Castro e a Escola Normal Pública se tornaram as principais responsáveis pela formação de professores e professoras para o ensino primário no Estado. Contudo, segundo Martins (2015) com a vinda das irmãs franciscanas para o Maranhão, em 1950, e a criação das Escolas Normais Regionais em diversos municípios maranhenses ampliou-se as possibilidades de formação dos professores no Estado.

Da mesma forma, com atuação patente nos movimentos pró educação no Estado, Rosa Castro é protagonista de um dos eventos marcantes no campo educativo e intelectual no cenário

ludovicense que foi sua participação na Associação organizadora da Faculdade de Direito no Maranhão, realizada na sala de leitura da Biblioteca Pública do Estado, tornando-se sócia fundadora desse referido órgão de ensino superior. Conforme relata Perdigão (1927, p. 3):

Aos 28 de abril de 1918 [...] realizou-se uma assembleia convocada por iniciativa dos senhores Domingos de Castro Perdigão, Bel. Alfredo de Assis Castro, Bel. Antonio Lopes de Cunha, médico José de Almeida Nunes e Manoel Fran Paxeco, para se resolver se deveria fundar-se nesta capital, uma Faculdade de Direito. Compareceram, além dos iniciadores, as professoras Maria da Glória Parga Nina e Rosa Castro. [...] Discutiram-se, depois, e aprovaram-se os estatutos da Associação Organizadora da Faculdade constituídos por dez artigos. De acordo com eles, elegeu-se a diretoria da referida associação, apurando-se: para presidente o desembargador Artur Bezerra de Menezes; vice-presidente, coronel Cândido José Ribeiro; secretários, Fran Paxeco e Domingos Perdigão [...] E assim foi fundada a Faculdade do Maranhão, que abriu suas aulas a 1º de julho de 1918.

Essa instituição de ensino superior, que teve como patrocinador o Cônsul português Manoel Fran Paxeco, abriu um debate sobre a educação, dando origem ao 1º Congresso Pedagógico do Estado, com o objetivo de apresentar teses sobre reflexões acerca da instrução pública maranhense. O referido evento foi gestado no interior da Faculdade de Direito, conforme descreve Silva (2013, p. 130):

Nos dias 8, 28 e 31 de janeiro de 1920, houve reuniões preparatórias para o Congresso Pedagógico. Estiveram presentes ao último encontro, a senhora Rosa Castro, diretora da Escola Normal Primária, dr. Henrique Couto, prof. Frederico Miners, dr. Almeida Magalhães, Fran Paxeco, Artur Paraizo, dr. Antônio Bona, dr. Herberth Jánsen Ferreira, dr. Antônio Lopes, prof. José Monteiro. Deliberou-se que o evento seria fracionado em 5 sessões e seus relatores seriam os senhores drs. Luiz Viana, Antônio Lopes, Brito Passos, a senhora Rosa Castro e Fran Paxeco. Estes nomes também evidenciariam o interesse associativo, pois alguns deles pertenciam ao quadro de associados da Associação Pedagógica Almir Nina. Foi o caso de Rosa Casto, Luiz Viana e do próprio Paxeco, na condição de sócio honorário da mesma entidade.

Tal iniciativa teve ampla cobertura na imprensa local, como exemplo, Diário do Maranhão, Pacotilha e O Jornal. Esses impressos publicaram as atividades de cada assembleia e das sessões em que estava organizado, evidenciando a participação significativa das professoras normalistas representantes de instituições de ensino do Estado, entre elas a professora Rosa Castro.

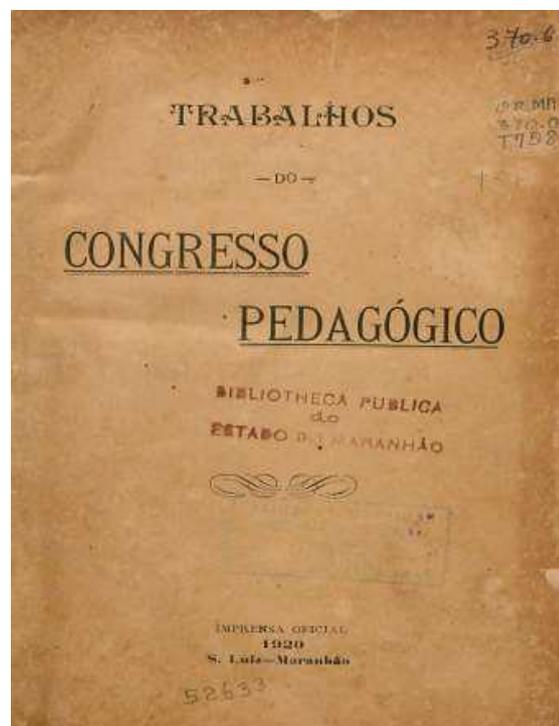
“Das dez sessões do congresso, uma foi presidida pela professora da Escola Modelo, Dona Hermindia Soares Ferreira, que também apresentou trabalhos no evento. Rosa Castro e Zila Paes também são citadas apresentando trabalhos pedagógicos com diferentes temáticas.” Santos (2010, p. 93). Registra-se ainda que, ao final das atividades a professora Rosa Castro faz um tributo ao ilustre intelectual Fran Paxeco, assinalando o feito idealizado pelo intelectual Manuel Francisco Pacheco (1874-1952):

[...] o batalhador infatigável contra as velhas doutrinas pedagógicas, e – ora em livros, ora nas colunas dos jornais ou em conferências públicas, é um dos mais firmes propugnadores dos modernos métodos de ensino [...] O Congresso Pedagógico, por sua iniciativa aqui reunido há dois anos, se bem não tivesse dado ainda os resultados que eram de esperar, não por culpa sua, é um dos mais valiosos atestados do quanto se tem esforçado pela divulgação dos modernos

moldes da escola primaria, ainda tão pouco reorganizada entre nós. (PACOTILHA, 1922, p. 2).

Assim, em 1922, foram publicados seus relatórios em forma de um livro de 600 laudas, sob o título de *Trabalhos do Congresso Pedagógico*. O congresso pedagógico foi um marco no campo educacional maranhense. “Pode-se evidenciar, nos relatórios contidos nos *Trabalhos do Congresso Pedagógico*, uma ampla reflexão sobre a educação maranhense, as condições de financiamento e a proposta de reativação de uma associação pedagógica.” Silva (2013, p. 131). Pois alguns dos participantes do congresso pedagógico de 1920, além de pertencerem aos quadros da Associação Pedagógica, foram figuras influentes na sociedade maranhense. Observemos a figura 2.

Figura 2: Trabalhos do Congresso Pedagógico (1920)



Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite (1922).

Nessa obra, há um balanço da educação do estado em que Tavares (2018) observa que, apesar do programa pontuar os diferentes níveis de ensino e versar sobre os problemas educacionais maranhenses, o ensino primário era lócus das discussões no I Congresso Pedagógico do Maranhão. É certo que, a mobilização que o referido evento produziu no professorado maranhense fez nascer um debate sobre o processo de ensino e uma reflexão acerca do que vinha sendo realizado no estado no âmbito educacional. Assim como, a questão da organização do professorado em associação, e, sobre esta pauta, Silva (2013, p. 122) descreve o seguinte quadro:

A concentração dos professores em São Luís demonstrava que qualquer movimento de organização pelo professorado teria que contar com a capital para dar impulso. Por outro lado, a quantidade de professores leigos no interior configurava um desafio à penetração de ideias associativas. [...] Tal fato indica

uma organização educacional sofrível e uma disparidade entre o ensino do interior e o da capital. A alta concentração de normalistas em São Luís demonstra um problema histórico da educação[...].

Nesse circunstanciamento, durante a sétima sessão dos trabalhos do congresso pedagógico de 1920, a professora Rosa Castro propusera que se revivesse a Associação Pedagógica Almir Nina, enviando a organização do evento um exemplar dos estatutos e dois números do boletim da entidade. O encaminhamento foi aprovado e se elegeu a nova diretoria. (CONGRESSO PEDAGÓGICO, 1920):

Alguns dos membros fundadores da referida associação contribuíram para o desenvolvimento do pensamento educacional maranhense. Rosa Castro, Antônio Lobo e Jerônimo Viveiros estão inscritos nos anais da história do Maranhão, no campo da literatura, do pensamento social, histórico, geográfico e da educação. A relação com a elite social, intelectual e política da época fica evidente quando se interpretam os diversos papéis e posições sociais que estes professores ocuparam na sociedade maranhense no início do século XX. O registro do Congresso Pedagógico indica que a festa de reinauguração da Associação Pedagógica ocorreu no salão do renomado teatro São Luiz. (SILVA, 2013, p. 129).

Registra-se que este contato com as ideias associativas teve desdobramentos em novas ações com o mesmo intuito nos anos posteriores, onde a professora Rosa Castro foi uma das incentivadoras das ações do Departamento Maranhense a Associação Brasileira de Educação, conforme destaca a matéria do jornal o Imparcial (1929, p. 2) “O funcionamento administrativo da associação do Departamento maranhense teve como marco a assembleia geral que ocorreu no dia 26 de abril, nas dependências da Escola Normal Primária, cuja diretora era a professora Rosa Castro.” Essa assembleia geral deliberou que as conferências pedagógicas, que já vinham sendo realizadas sob o controle da Diretoria de Instrução Pública, passassem a ser realizadas pelo Departamento e, a partir daquele momento, foi elaborada a sua orientação, programa e nomes de conferencistas.

Ato II: no palco as suas produções gráficas

A professora Rosa Castro funda o jornal estudantil *A Escola* nos idos de 1920, órgão do corpo docente e discente da Escola Normal Primária, do qual fora diretora e editora. Nos editoriais do impresso, os escritos produzidos pela professora normalista eram sempre norteados para questões educacionais, com “[...] o objetivo de despertar no espírito dos jovens, o amor ao estudo e à pesquisa cultural” Farias (2010, p. 21). O referido impresso foi extinto em meados dos anos 1930 em virtude de dois fatores: a Lei da Imprensa que exigia a regulamentação do impresso no que se refere à autorização para circular, mesmo em caráter interno; e o segundo fator principal, o alto custo operacional, pois, em 1932, a impressão ficava sujeitada à Impressão particular ou tipográfica:

Quando, em dezembro de 1932, a Professora Rosa Castro escrevia o artigo, UM NOVO CICLO QUE SE FECHA, fazia contristada em face das circunstâncias que a moviam àquele ato. Encerrar as atividades de um órgão divulgador da intelectualidade maranhense da época, era tarefa por demais abaladora, pois era o mesmo que tirar do ambiente em que convivia, um filho que mal contava 12 anos de existência. (FARIAS, 2010, p. 49).

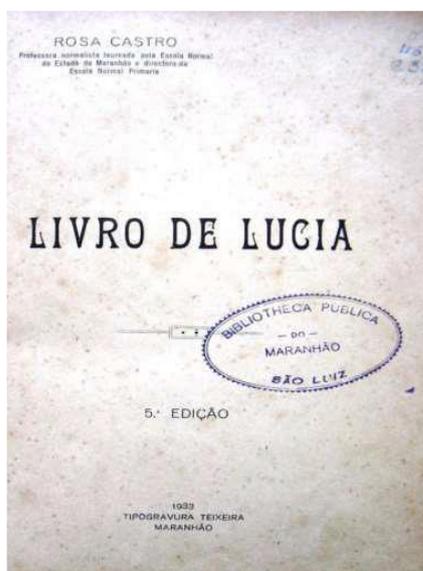
Em 1924, valendo-se dos seus conhecimentos advindos da formação docente e da sua experiência ao longo exercício do magistério, publicou também a obra intitulada *Livro de Lucia*, um material didático-pedagógico. A aludida obra teve retumbância no meio letrado maranhense e na imprensa local. Isso, fica evidente com as notas enaltecedoras sobre o feito. Registra-se as congratulações à autora no tocante a iniciativa de produção de um material pedagógico sobre o Maranhão, a fim de atender às demandas dos estudantes do Estado:

[...] Maranhense, escrevendo para crianças do Maranhão, *d. Rosa Castro teve na confecção do seu livro uma louvável preocupação regional*. A história das coisas e vultos do nosso estado é cuidada em vários capítulos de forma a levar ao cérebro das crianças o conhecimento da sua terra e ao seu coração o amor pelas nossas tradições. Com a publicação de tal livro, mais um grande serviço presta à educação a sua autora (PACOTILHA, 1924, p. 4, grifo nosso)

Nessa ambiência de produção escrita e de autoridade conferida pelos conhecimentos decorrentes da formação docente, o *Livro de Lucia* e outras produções de Rosa Castro oportunizaram visibilidade literária e reconhecimento pelo exercício de suas funções públicas. Vale ressaltar que essa produção se inseria em um cenário de publicações didáticas, onde havia iniciativas no sentido de passar uma imagem mais aproximada das realidades locais, como: as qualidades do clima, geografia, cultura e se constituía em importantes instrumentos de formação escolar, nas primeiras décadas do século XX. “O papel de intelectuais maranhenses na fabricação de um modo de pensar a educação na infantil é fulcral no período em destaque e esse processo se dá prioritariamente pela produção de materiais, ou recursos didáticos/pedagógicos.” Morais e Santos (2020, p. 5).

As produções no campo da educação da criança que passam a circular no Maranhão possuem relação com a concepção de ensino baseada na renovação dos métodos pedagógicos. Logo, alguns livros como o *Livro de Lucia* chegaram a ser adotados pelo governo do Estado e distribuídos para escolas pela Diretoria Geral da Instrução Pública. Vejamos na Figura 3 o *Livro de Lucia* em sua 5ª edição que traz referências à distinta mestra.

Figura 3: O livro de Lucia



Fonte: Acervo da Biblioteca Pública do Maranhão (1933)

No esteio dessas produções, Tavares (2018, p. 36) observa que: “[...] devido a circulação de ideias sobre as renovações no campo da educação, o universo pedagógico mais direcionado para os métodos de ensino infantil passa a ser preocupação dos educadores do Maranhão.” Entretanto essa obra, segundo Tourinho (2008), além de expor questões próprias do país e da região em suas lições, a autora revela com uma perspectiva singular em suas linhas o que pensava a respeito da forma do homem e da mulher conduzir-se na vida.

A partir da década de 1930, a Escola Normal Primária se torna, num colégio exclusivo para mulheres, transferindo-se permanentemente, para sede própria, na Avenida Gomes de Castro, 132, que hoje abriga a galeria de arte e a biblioteca sob o nome *Rosa Castro* do Serviço Social do Comércio – SESC. Nesse ínterim, temos a fundação em 29 de abril de 1931 da *Associação de Professores Normalistas do Maranhão*, esta entidade possuía em seus estatutos uma definição clara voltada à proteção de classe daqueles que atuavam no ensino primário no estado. Conforme Silva (2013, p. 140-141):

O contexto em que eclode esta organização associativa docente no Maranhão, focada no normalismo, tinha como centro de formação desse professorado a Escola Normal vinculada ao Liceu e à Escola Normal Primária dirigida pela Professora Rosa Castro, que já havia participado de duas entidades associativas no campo da docência. Ainda nos anos 30, a Escola Normal Primária formou um grande contingente de normalistas. [...] O advento dessa associação evidencia a busca por cobrir um vácuo deixado tanto pela Associação Pedagógica Almir Nina quanto pelo Departamento Maranhense da ABE. Preencher este espaço organizativo do professorado do Maranhão demonstra que esta ideia nunca cessou de estar presente no magistério.

Além de participar dessas associações, Rosa Castro também se candidatou a deputada pela União Republicana Maranhense (URM) e Pela Liga Eleitoral Católica (LEC) na constituinte estadual de 1935, que estavam ligadas à oposição dos governistas apeados do poder local, mas não foi eleita. Em 1939, recusa o convite para ingressar na Academia Maranhense de Letras. Em que, [...] na sua humildade interior, respondeu: “Meus livros são meus Alunos; minha Academia é meu Colégio”. Farias (2010, p. 28).

Entre seus feitos, na década de 1950, registra-se a sua participação na criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras na capital, em 15 de agosto de 1952, onde foi titular das cadeiras de Educação Comparada e Filosofia da Educação, ministradas no Curso de Pedagogia. A grande Mestra Rosa Castro foi ainda membro do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e professora de Filosofia da Educação na Escola Normal do Estado.

Depois de alguns anos, a Escola Normal Primária passa a ser chamado definitivamente de *Colégio Rosa Castro*, “[...] que ela ainda viu funcionar nos três turnos! Ao iniciar o Noturno, não lembrou somente das pessoas que trabalhavam durante o dia; pensou nas donas-de-casa que poderiam continuar seus estudos.” Farias (2010, p. 32). Ao longo dos anos, gerações e gerações ali estudaram e formaram-se. Assim, no ano de 1960, por ocasião do 50º aniversário (jubileu de ouro) de exercício do seu magistério, entre inúmeras homenagens, foi agraciada com o Bumba-Meu-Boi de Prata, a Cruz da Benemerência, conferida pelo Grão-Mestre da Ordem do Oriente; a Medalha de Mérito Timbira, pelo Governador Newton de Barros Bello e, por fim, o Diploma de Cidadã de São Luís:

As bodas de ouro de magistério de dona Rosa foi um acontecimento que também guardo com carinho e do qual participei. O colégio desfilou garboso numa comemoração que envolveu a cidade. Professores, alunos, ex-alunos dos pontos

mais distantes, empenharam-se em homenagear de forma bonita, significativa a mestra. Lembro do seu rosto: tinha emoção e também serenidade. A colheita estava ali a sua frente. Ela observava gratificada. Nesse plantio de longos anos não teve fórmula especial sem segredos, prevaleceu dedicação, equilíbrio, sensatez e o amor pleno à profissão. (CARVALHO, 2010, p. 3).

Da mesma forma, registramos sua participação no Conselho Estadual de Educação, no período de 1962 a 1966, enquanto representante do Ensino Médio Particular. De acordo com Motta (2003, p. 92), seu “[...] notável saber e a experiência em matéria de educação[...] além de permitirem à Prof.^a Rosa sua nomeação, também permitiram sua escolha por unanimidade, para desempenhar as funções de Vice-presidente do Conselho.” Como assinala Tourinho (2008, p. 137), “A trajetória da professora Rosa Castro foi marcante e inspiradora. Através do seu exemplo, dos seus discursos e das aulas que ministrava, construiu a deferência que recebeu e a referência em que se transformou.”. Enfim, os fatos tecidos até aqui revelam, os caminhos percorridos pela professora e os espaços por ela ocupados em seu processo de formação e atuação profissional, como parte constitutiva da própria história da educação maranhense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trilhar a trajetória da professora Rosa Castro, descortinamos suas marcas e contribuições na educação em nosso estado, enfrentando situações adversas, ao criar a Escola Normal Primária, formando gerações de professores e professoras. A sua dedicação ao trabalho da docência, revela-nos o significado do *ser e fazer-se professora* no Maranhão, em seu tempo e meio social. Importa registrar que, ao mergulhar nas fontes, a fim de construir entendimentos sobre seu percurso nas primeiras décadas republicana, suas zonas de silêncio e os espaços de enfrentamento construídos ao longo do tempo, permite assinalar que o legado dessa personagem não se restringe somente “[...] à formação docente e, por conseguinte, ao atendimento da demanda por escolarização, tanto no litoral, como no sertão maranhense, mas especificamente, no exemplo de uma pessoa que valorizava a educação.” Motta (2008, p. 8).

Desse modo, a história individual da personagem em tela revela em sua constituição características da sociedade a qual pertence, bem como seus feitos nas questões educacionais, sociopolíticas e culturais, que nos permitem uma compreensão acerca da condição feminina de mulheres atuantes no espaço público por meio do ensino e destacaram-se pela autoridade docente edificada na vida laboral como professora normalista, escritora e diretora de escola.

Outro aspecto que merece ser ressaltado é sua participação e mobilização na formação de associações de professoras normalistas à época. Nas palavras significativas de Santos (2017, p. 111), essas iniciativas “[...] sinalizam um maior engajamento dessas mulheres e a construção de uma nova representação de si mesmas. Uma *identidade profissional* que as leva a se organizarem na busca de melhores condições de viver o ensino e a solidariedade de classe[...].”

Nessa incursão, permaneceu um sabor de itinerário inacabado, pois o estudo aqui desenvolvido não se limita a mais uma história de mulheres-professoras, “[...] ele é antes de tudo um apelo, um chamamento de atenção a uma proposta que deve ser continuada: a necessidade de incluirmos as mulheres-professoras na história da educação. Motta (2003, p. 14). Por fim, assinalamos que as muitas facetas reveladas pela investigação nos serviram de estímulo para enfrentar os limites e desafios que a caminhada nos impôs. Contudo, muitos indícios e vestígios vislumbrados sobre essa educadora ainda podem ser pesquisados, para que se possa dar

continuidade e novos encaminhamentos sobre o tema, o que indica contribuições para a história das mulheres e para a História da Educação.

REFERÊNCIAS

- BRECHT, Bertolt. *Teatro completo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- CARVALHO, Maria Aparecida Nunes de. Blog *Lembranças fragmentadas*: Instituto Rosa Castro. São Paulo, 17. jul. 2010. Disponível em link: <http://cidanunes43.blogspot.com/2010/07/aquise-aprende-amar-deus-e-engrandecer.html>. Acesso em: 12 out. 2021.
- CORREIO da tarde, São Luís, 8 de novembro, 1910.
- FARIAS, Nazaré. *A professora Rosa Castro*. São Luís: Gráfica Rei, 2010.
- MARTINS, Marilda da Conceição. *Professoras de escolas rurais: Bolívia, Brasil e México*. 301 f. Tese. (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.
- MORAIS, Rachel Tavares de; SANTOS, Maria José dos. Marcas gráficas e os intelectuais maranhenses: produção do campo da educação da criança nas duas primeiras décadas do século XX. In: *Reunião Científica Regional Nordeste da ANPED, Bahia, 2020. Anais...* Disponível em link: <http://anais.anped.org.br/regionais/p/nordeste2020/trabalhos?page=25&sort=desc&order=Grupo%20de%20Trabalho>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- MOTTA, Diomar das Graças. *As mulheres professoras na política educacional no Maranhão*. São Luís: EDUFMA, 2003.
- MOTTA, Diomar das Graças. Mulheres professoras maranhenses: memória de um silêncio. *Educação & Linguagem*. n.18, ano 11, p. 123-135, jul./dez. 2008.
- MOTTA, Diomar das Graças. Omissão e inserção histórica da mulher na cultura escolar. In: CASTRO, Cesar Augusto. *Leitura, impressos e cultura escolar*. São Luís: EDUFMA, 2010.
- O CANHÔTO, São Luís, 22 de fevereiro, 1914.
- O JORNAL, São Luís, 14 de janeiro, 1916.
- O IMPARCIAL, São Luís, 26 de abril de 1929.
- PACOTILHA, São Luís, 14 de janeiro, 1916.
- PACOTILHA, São Luís, 4 de janeiro, 1924
- PERDIGÃO, Domingos de Castro. *Discurso* proferido em 11 de agosto de 1927, ao receber o diploma de professor honorário e na inauguração do seu retrato na sala da congregação.
- PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2008.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da História*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.
- PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: UNESP, 2005.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife, 1991.
- SILVA, Robson Santos Camara. *O sindicalismo docente da educação básica no Maranhão: da associação à emergência do sindicato*. 258 f. Tese. (Doutorado em Sociologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SANTOS, Ilma de Jesus Rabelo. *A mulher no magistério: representações da identidade docente no Maranhão republicano (1890-1940)*. 118 f. Dissertação. (Mestrado Profissional de História, Ensino e Narrativas). Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2017.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion (org). *Domínios da História*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, p. 263-283.

TAVARES, Rachel Sousa. *Escola e infância: processo de institucionalização dos jardins-de infância na capital do Maranhão no período de 1870 até a década de 1930*. 213 f. Tese. (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

TOURINHO, Mary Angélica. *As normalistas nas duas primeiras décadas do século XX em São Luís do Maranhão: entre o discurso da ordem e a subversão das práticas*. 188 f. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2008.

Submetido em abril de 2022

Aprovado em maio de 2022

Informações dos autores

Marcia Cordeiro Costa

Professora Assistente do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão.

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação da UFMA.

E-mail: cordeiomarcia128@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1024-0716>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2897983932108056>

Cesar Augusto Castro

Professor Titular da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), pós-doutor em Educação pela USP e pela Universidade do Porto. Docente do Programa de Pós-graduação em Educação da UFMA.

E-mail: ccampin@terra.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7650-895X>

Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2060977814636465>